

DECRETO Nº 9220, DE 14 DE OUTUBRO DE 2010.

**HOMOLOGA O
REGIMENTO INTERNO
DO CONSELHO
MUNICIPAL DA
CULTURA.**



O Prefeito de Itajaí, no uso das atribuições conferidas no art. 47, inciso VII da **Lei Orgânica** do Município; e considerando o disposto na Lei nº **4256** de 07 de março de 2005, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura - COMUC, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 14 de outubro de 2010.

JANDIR BELLINI
Prefeito de Itajaí

ROGÉRIO NASSIF RIBAS
Procurador-Geral do Município

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

TÍTULO I
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Capítulo I
DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal de Cultura, instituído pela Lei nº **1.269**, de 27 de junho de 1973, e hoje regido pelas Leis nº **4.256/2005**, de 07 de março de 2005, e nº **5.015/2007**, de 20 de dezembro de 2007, órgão de deliberação coletiva, com sede e jurisdição no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, reger-se-á pelas disposições do presente Regimento e pela legislação pertinente.

Capítulo II
DAS FINALIDADES

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura, também órgão consultivo e de assessoramento superior, tem por finalidade planejar, assessorar, orientar e fiscalizar as atividades artístico-culturais do Município de Itajaí, na forma da legislação pertinente.

TÍTULO II DA COMPETÊNCIA, DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

Capítulo I DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Cultura, amparado nas Constituições Federal e Estadual, **Lei Orgânica** do Município de Itajaí, e leis correlatas:

I - Na função consultiva e de assessoramento superior:

I - Colaborar com sugestões na elaboração das políticas de gestão Cultural do Município, sempre apoiado em ampla participação da sociedade;

II - Subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III - Homologar o Calendário de Eventos Culturais proposto pela Fundação Cultural de Itajaí;

IV - Apoiar e fomentar ações que visem o desenvolvimento artístico-Cultural do Município;

V - Emitir pareceres sobre assuntos de sua competência;

VI - Manifestar-se, sempre que consultado, sobre a promoção de eventos Culturais no âmbito do Município;

VII - Propor e aprovar medidas que garantam o padrão necessário de qualidade às ações Culturais promovidas no âmbito do Município de Itajaí;

VIII - Sugerir à Fundação Cultural de Itajaí as medidas que julgar necessárias para melhor solução dos problemas da área Cultural do Município;

IX - Sugerir alterações das leis e outras normativas que regem os assuntos da Cultura no Município de Itajaí.

II - Na função deliberativa:

- I - Reformar o presente Regimento Interno;
- II - Indicar representante para integrar a Câmara Itajaiense de Avaliação de Projetos Culturais - CITAC;
- III - Julgar, em grau final de recurso, as decisões da Câmara Itajaiense de Avaliação de Projetos Culturais - CITAC;
- IV - Requerer das autoridades constituídas, informações e esclarecimentos, sempre que se fizer necessário;
- V - Realizar investigações sobre situações que envolvam a Cultura no âmbito do Município.

Capítulo II DA COMPOSIÇÃO E DOS MEMBROS

Art. 4º O Conselho Municipal de Cultura é composto de 28 (vinte e oito) membros e seus respectivos suplentes, com a seguinte representação:

I - Representantes Governamentais:

- a) 03 (três) representantes da Fundação Cultural de Itajaí;
- b) 03 (três) representantes da Fundação Genésio Miranda Lins;
- c) 02 (dois) representantes da Fundação Itajaiense de Turismo;
- d) 02 (dois) representantes da Secretaria de Educação;
- e) 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;
- f) 01 (um) representante da Secretaria da Criança e do Adolescente;
- g) 01 (um) representante da Secretaria de Participação e Comunicação Social;
- h) 01 (um) representante da Secretaria de Governo, Planejamento, Orçamento e Gestão.

II - Representantes de Entidades Não Governamentais

- a) 01 (um) representante do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural;
- b) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí;
- c) 01 (um) representante da Área de Teatro e Circo;
- d) 01 (um) representante da Área da Dança;
- e) 01 (um) representante da Área da Música;
- f) 01 (um) representante da Área das Artes Visuais;
- g) 01 (um) representante da Área do Audiovisual;
- h) 01 (um) representante da Área da Literatura;
- i) 01 (um) representante da Área dos Artesãos;
- j) 01 (um) representante da Área dos Grupos Folclóricos;
- k) 01 (um) representante da União das Associações de Moradores de Itajaí - UNAMI;

- l) 01 (um) representante da Área dos Corais;
- m) 01 (um) representante da Área dos Blocos e Escolas de Samba;
- n) 01 (um) representante do Departamento de Cultura da UNIVALI.

§ 1º - O Conselho Municipal de Cultura, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros, poderá sugerir a alteração de sua composição ao Chefe do Poder Executivo que, aquiescendo, providenciará a respectiva modificação através de proposição legislativa.

§ 2º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, admitida sua recondução consecutiva.

§ 3º - Na constituição do Conselho será observada a adequada paridade constitucional, garantindo a proporcionalidade de 50 por cento de membros governamentais e 50 por cento não-governamentais.

§ 4º - Ao final do mandato os membros do Conselho receberão certificado de participação e reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 5º Em caso de vacância, a entidade ou órgão, mediante ofício, indicará novo representante ao Conselho.

Parágrafo Único - As nomeações serão feitas por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º São atribuições dos Membros do Conselho:

- I - Participar das discussões e deliberações do Conselho Pleno;
- II - Relatar e discutir os processos que lhes forem atribuídos e neles proferir seu voto;
- III - Determinar, como relatores, as providências necessárias à boa instrução de cada processo, inclusive solicitar diligências;
- IV - Solicitar ao Presidente, quando julgarem necessário, a presença, em reunião de Câmara, ou sessão do Conselho Pleno, de postulante ou de titular de órgão ou entidade, para os esclarecimentos que se fizerem indispensáveis;
- V - Pedir vista de processo e requerer adiamento de votação;
- VI - Fazer indicações, requerimentos e propostas relativas a assuntos de competência do Conselho;
- VII - Assinar os atos e pareceres dos processos em que for relator;
- VIII - Propor convocação de sessões extraordinárias;

IX - Propor emenda ou reforma do Regimento Interno do Conselho;

X - Declarar-se impedido e,

XI - Exercer outras atribuições definidas em lei ou em regulamento.

Art. 7º Independentemente da ausência do titular, os suplentes poderão ser convocados para participar das reuniões das Câmaras ou do Conselho Pleno.

Art. 8º As funções de Conselheiro serão consideradas de relevante interesse municipal e o seu exercício tem prioridade sobre quaisquer cargos ou funções públicas de que sejam titulares.

Art. 9º Aos Conselheiros titulares e aos suplentes convocados será concedida, mediante requerimento, licença nos seguintes casos:

I - Para tratamento de saúde;

II - Para desempenho de missão relevante, a critério do Conselho Pleno.

III - Para realização de estudos fora do Município; e,

IV - Por outro motivo considerado relevante pelo Conselho Pleno.

Parágrafo Único - As licenças previstas no presente artigo estarão condicionadas à aprovação, por maioria absoluta do Conselho Pleno, e não poderão ter prazo superior a um ano, bem como não serão concedidas por mais de duas vezes durante o mandato.

Art. 10 - O Conselheiro que faltar no semestre a 3 (três) sessões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, quer das Plenárias ou das Câmaras, sem apresentar justificativa, será considerado demitente.

Parágrafo Único - No caso previsto no presente artigo, o Presidente tomará providências para o provimento da vaga.

Art. 11 - O Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos ocasionais pelo Vice-Presidente e, na falta deste, pelo Secretário. Os membros titulares serão substituídos por seus suplentes.

Art. 12 - Os membros titulares do Conselho Municipal de Cultura poderão ainda perder o mandato, quando condenados por improbidade em processo regular irrecorrível, judicial ou administrativo.

§ 1º - Os membros do COMUC deverão se afastar do cargo em caso de candidatura a cargos públicos eletivos, sendo sua substituição feita na forma deste Regimento.

§ 2º - O Presidente do Conselho é a autoridade competente para declarar a perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave, de acordo com o que estabelece este Regimento.

Capítulo III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 13 - São órgãos integrantes do Conselho Municipal de Cultura:

- I - O Conselho Pleno;
- II - A Presidência;
- III - As Câmaras Técnicas.

SEÇÃO I DO CONSELHO PLENO

Art. 14 - São competências do Conselho Pleno:

- I - Discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados nos artigos 2º e 3º deste Regimento;
- II - Julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho; e,
- III - Baixar atos relativos ao funcionamento do Conselho.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Cultura deliberará através de resoluções e pareceres.

SUB-

SEÇÃO ÚNICA DAS SESSÕES PLENAS

Art. 15 - O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á em sessão plena uma vez por mês, de acordo com o Calendário aprovado pelo Conselho Pleno.

Parágrafo Único - Quando julgado conveniente pelo Presidente ou pelo Conselho Pleno, uma das sessões ordinárias poderá ser dedicada exclusivamente ao debate e reflexão de assuntos ligados à Cultura, não vinculados especificamente a processos protocolados ou

em andamento no Conselho Municipal de Cultura, com a temática estabelecida por proposta de Conselheiro ou de Câmara Técnica.

Art. 16 - O Conselho Municipal de Cultura poderá reunir-se extraordinariamente mediante pedido do Superintendente da Fundação Cultural de Itajaí, por iniciativa do Presidente, ou de 1/5 (um quinto) de seus membros.

Art. 17 - A convocação para reuniões extraordinárias do Conselho Municipal de Cultura poderá ser feita com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, se formalizada no dia da reunião ordinária e, nos demais casos, deverá ser feita sempre com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, pelo menos, tomando-se providências para que os Conselheiros recebam em tempo a convocação.

Art. 18 - As reuniões do Conselho serão instaladas com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros, em primeira convocação ou, com qualquer número, em segunda convocação.

§ 1º - As votações, normalmente, serão nominais.

§ 2º - Dependendo da matéria em debate, poderão ser convidados às reuniões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos especializados, representantes de associações de classe, Secretários ou Superintendentes Municipais, que participarão sem direito a voto.

Art. 19 - Os assuntos serão distribuídos e discutidos no Conselho pela ordem cronológica das respectivas entradas.

§ 1º - No caso de matéria urgente ou de alta relevância, poderá a mesma, a critério da Mesa diretora do Conselho, entrar imediatamente em discussão, ainda que não incluída na ordem do dia.

§ 2º - Os assuntos serão distribuídos aos membros do Conselho, inclusive ao Presidente, obedecendo-se, sempre que possível, à especialidade do relator.

Art. 20 - A ordem dos trabalhos a ser observada nas reuniões do Conselho será a seguinte:

- 1 - Verificação da presença e existência de quorum;
- 2 - Leitura, discussão, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior;
- 3 - Distribuição dos assuntos a serem estudados e relatados;
- 4 - Deliberações e resoluções da ordem do dia.

Art. 21 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, salvo disposição em contrário.

Art. 22 - As Sessões do Conselho Pleno não durarão mais de 01 (uma) hora, salvo

deliberação do Conselho Pleno, não excedendo a prorrogação a 30 (trinta) minutos.

Capítulo IV DA MESA

Art. 23 - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho Municipal de Cultura serão eleitos por seus pares, por voto aberto, e em escrutínio próprio.

§ 1º - Ocorrendo a vacância na primeira metade do mandato do Presidente, a eleição ocorrerá na sessão ordinária imediatamente posterior à vacância do cargo.

§ 2º - No caso de ocorrer vacância nos cargos de Vice-Presidente e Secretário, a qualquer tempo, proceder-se-á, da mesma forma, à eleição de acordo com o que estabelece o § 1º deste artigo.

§ 3º - Serão considerados eleitos aos cargos previstos no caput deste artigo, os Conselheiros titulares que obtiverem na respectiva votação, a maioria absoluta dos votos.

§ 4º - Se nenhum dos Conselheiros obtiver, em qualquer uma das votações, a maioria absoluta, proceder-se-á a novo escrutínio, ao qual concorrerão os dois mais votados, considerando-se eleito, no caso de empate, o mais antigo.

§ 5º - Na ocorrência de vacância prevista nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo o Conselheiro eleito completará o mandato do antecessor.

Art. 24 - Os mandatos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário serão de dois anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato consecutivo.

SEÇÃO I DO PRESIDENTE

Art. 25 - O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho Municipal de Cultura, cabendo-lhe dirigir e orientar os trabalhos internos, presidir as reuniões do Conselho Pleno e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções concernentes aos objetivos do órgão.

Art. 26 - São atribuições do Presidente:

I - Convocar e presidir as sessões e os trabalhos do Conselho e de seus órgãos;

II - Convocar reuniões extraordinárias;

III - Fixar o programa para as reuniões e aprovar a ordem de cada sessão;

IV - Designar relator para os assuntos em pauta;

V - Criar Câmaras especiais;

VI - Participar dos trabalhos de qualquer Câmara;

VII - Formular consultas ou promover conferências, por iniciativa própria ou das Câmaras, sobre matéria de interesse do Conselho;

VIII - Encaminhar ao Superintendente da Fundação Cultural de Itajaí as deliberações do Conselho;

IX - Convocar Conselheiro para secretariar a sessão na ausência, impedimento ou licença do Secretário;

X - Representar o Conselho ou delegar a representação;

XI - Mobilizar os meios necessários ao pleno e eficaz funcionamento do Conselho;

XII - Baixar os atos resultantes das deliberações do Conselho Pleno;

XIII - Elogiar e aplicar penas disciplinares;

XIV - Delegar competência;

XV - Manter contato permanente com o Sistema Nacional de Cultura, com outros Conselhos Municipais e Sistemas de Cultura;

XVI - Fazer cumprir as disposições das leis, deste Regimento e das normas estabelecidas para o funcionamento do Conselho Pleno;

XVII - Conceder licença aos Conselheiros na forma e nos casos previstos neste Regimento; e,

XVIII - Exercer o direito de voto de minerva, além do voto ordinário, no caso de empate em votação plenária.

XIX - Exercer as demais atribuições não especificadas neste Regimento e inerentes à sua função, *ad referendum* do Conselho Pleno.

SEÇÃO II

DO VICE-PRESIDENTE

Art. 27 - Caberá ao Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura desempenhar as atribuições do Presidente, quando este estiver ausente, impedido ou licenciado.

Parágrafo Único - Na ocorrência de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente exercerá a Presidência até a posse do eleito.

SEÇÃO III DO SECRETÁRIO

Art. 28 - São atribuições do Secretário da Mesa do Conselho Municipal de Cultura:

I - Preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - Organizar a pauta dos trabalhos para cada sessão;

III - Representar o Conselho na falta ou ausência temporária do Presidente e do Vice-Presidente;

IV - Distribuir, mediante determinação do Presidente, para estudo e relato dos membros do Conselho, os assuntos submetidos à deliberação do órgão;

V - Receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrá-lo e tomar todas as providências necessárias ao seu andamento;

VI - Secretariar as sessões do Conselho;

VII - Lavrar as atas das sessões e dar conhecimento de seu teor ao Conselho Pleno;

VIII - Providenciar a execução das medidas determinadas pelo Presidente;

IX - Examinar os processos a serem apreciados pelo Conselho Pleno, dando cumprimento aos despachos nele proferidos; e,

X - Prestar, no Conselho Pleno, as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos Conselheiros.

Art. 29 - Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, assumirá a presidência dos trabalhos o Secretário e, na falta deste, o Conselheiro mais antigo.

Capítulo V DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 30 - O Conselho Municipal de Cultura poderá constituir Câmaras Técnicas (temporárias ou permanentes) para estudos e trabalhos especiais, relacionados à sua competência.

§ 1º - As Câmaras Técnicas serão constituídas por meio de portarias do Presidente, levando em conta o perfil técnico e a atuação dos indicados nos assuntos de interesse da Cultura do Município.

§ 2º - Na composição das Câmaras, o Presidente do Conselho Municipal de Cultura observará o princípio do rodízio e, sempre que possível, conciliará a matéria em estudo com a formação dos membros da mesma.

§ 3º - As Câmaras Técnicas terão coordenadores e relatores escolhidos por seus pares.

§ 4º - As Câmaras Técnicas estabelecerão seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo Conselho Pleno.

§ 5º - As Câmaras Técnicas funcionarão de acordo com atribuições estabelecidas pelo Conselho Pleno, além das disposições deste Regimento.

§ 6º - As Câmaras Técnicas temporárias extinguir-se-ão, automaticamente, assim que o relatório dos trabalhos for apresentado ao Conselho Pleno.

SEÇÃO ÚNICA DO RELATO DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 31 - O relator da Câmara Técnica em discussão emitirá parecer por escrito, contendo o histórico e o resumo da matéria, as considerações de ordem prática ou doutrinárias que entender cabíveis, e sua conclusão ou voto.

Parágrafo Único - O relator poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento do assunto em estudo, a qualquer órgão da Administração Municipal, cuja informação julgue necessária à elucidação da matéria que lhe for distribuída, bem como o comparecimento de quaisquer pessoas às reuniões, além de outras providências que julgar necessárias.

Art. 32 - Na hipótese de ser rejeitado pelo Conselho Pleno o parecer proferido pelo relator, o Presidente designará novo relator ou constituirá nova Câmara Técnica para estudo da matéria.

Art. 33 - A ordem do dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão acompanhados dos respectivos pareceres.

Art. 34 - Após a leitura do parecer do Relator, o Presidente submeterá o assunto à discussão.

§ 1º O período para discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o mesmo espaço de tempo para debater os assuntos.

§ 2º Durante a discussão, os membros do Conselho poderão apresentar emendas ou substitutivos, opinar sobre relatórios apresentados pelas Câmaras Técnicas e propor providências para a instrução do assunto em debate.

Art. 35 - As propostas serão classificadas, a critério do Presidente, em matérias a serem encaminhadas para estudo, ou de deliberação imediata.

Art. 36 - Quando a discussão, por qualquer motivo, não for encerrada em uma reunião, ficará adiada para a reunião seguinte.

Art. 37 - Após o encerramento da discussão, a matéria em estudo, tendo sido, ou não, constituída Câmara Técnica, será submetida à deliberação do Conselho Pleno, juntamente com as emendas ou substitutivos que forem apresentados.

Art. 38 - O voto do Relator deverá ser dado por escrito.

Parágrafo Único - Os dispositivos contidos nesta Seção poderão ser aplicados aos relatos em geral feitos no Conselho Pleno.

Capítulo VI DAS ATAS

Art. 39 - As atas serão lavradas e assinadas devendo resumir com clareza os fatos relevantes ocorridos durante as sessões, contendo obrigatoriamente:

- 1 - Dia, mês, ano e hora da abertura e encerramento da sessão;
- 2 - Nome do Presidente ou de seu substituto legal;
- 3 - Nomes dos membros presentes, bem como eventuais convidados;
- 4 - Lista de presenças anexada à ata;
- 5 - Registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, das deliberações e das resoluções emitidas, mencionando-se sempre a natureza dos estudos efetuados.

§ 1º Lida no começo de cada sessão, a ata da sessão anterior será discutida, retificada quando for o caso, submetida ao Conselho Pleno, assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 2º As atas serão registradas com numeração seqüencial em livro próprio, ficando sob a guarda e responsabilidade do Secretário.

TÍTULO III DOS PRINCÍPIOS E OBRIGAÇÕES ÉTICAS DOS CONSELHEIROS

Art. 40 - As normas de conduta previstas neste Regimento abrangem a todos os membros do Conselho Municipal de Cultura, e têm como objetivo preservar a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que envolvem as representações que dele participam.

Capítulo I DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSELHEIRO

Art. 41 - São deveres fundamentais do Conselheiro:

- I - Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo ou função;
- II - Exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias;
- III - Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;
- IV - Jamais desprezar ou retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
- V - Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços à comunidade;
- VI - Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção em tudo o que faz;
- VII - Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura do sistema municipal de cultura;
- VIII - Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de produtores de cultura, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas, e denunciá-las;

IX - Ser assíduo e freqüente às reuniões, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho coletivo, refletindo negativamente em todo o sistema;

X - Comunicar imediatamente à Mesa e aos demais membros do COMUC todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público da Cultura, exigindo as providências cabíveis;

XI - Participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções em relação à Cultura, tendo por escopo a realização do bem comum;

XII - Apresentar-se às sessões com vestimentas adequadas ao exercício da função;

XIII - Manter-se atualizado com a legislação pertinente à área da Cultura, tanto em nível municipal, quanto estadual e federal;

XIV - Exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses da coletividade;

XV - Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função junto ao COMUC com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

XVI - Divulgar e informar a todos os integrantes de seu grupo artístico-cultural sobre a existência dessas normas de conduta ética, estimulando o seu integral cumprimento;

XVII - Atuar no sentido de que o Conselho seja reconhecido na sua área de atuação pela qualidade dos serviços prestados;

XVIII - Interessar-se pelo bem público e com tal finalidade contribuir com suas experiências, competências e habilidades para melhor servir a comunidade;

XIX - Expressar-se publicamente sobre assuntos técnicos, quando solicitado e capacitado para tal, sempre com o consentimento de quem presida o órgão;

XX - Abster-se de ataques pessoais, argumentos preconceituosos, discriminatórios ou injuriosos nos debates e discussões de temas abordados nas reuniões, ou em qualquer instância representativa como membro do Conselho;

XXI - Manter elevado nível de educação e cortesia nas discussões e debates sobre temas abordados nas reuniões do Conselho Municipal de Cultura, ou em outros foros, mantendo postura ética e moral compatível com sua função de Conselheiro.

XXII - Relacionar-se com todos, dentro dos princípios de consideração, respeito e solidariedade, em consonância com as regras gerais de boa conduta e deste Regimento.

Capítulo II DAS VEDAÇÕES AO CONSELHEIRO

Art. 42 - É vedado ao Conselheiro do COMUC:

- I - O uso da função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;
- II - Prejudicar deliberadamente a reputação de outros conselheiros ou de cidadãos que deles dependam;
- III - Ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Regimento Interno;
- IV - Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;
- V - Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público ou com os pares, ou com colegas hierarquicamente superiores;
- VI - Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro Conselheiro ou Servidor para o mesmo fim;
- VII - Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;
- VIII - Retirar do âmbito do Conselho Municipal de Cultura, sem estar devidamente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao COMUC;
- IX - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno do Sistema Municipal de Cultura, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;
- X - Dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;
- XI - Exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

Capítulo III DA COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA E DISCIPLINA

Art. 43 - O Conselho Municipal de Cultura manterá uma Comissão Permanente de Ética e Disciplina, composta por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho Pleno e nomeados pelo Presidente, encarregada de orientar e aconselhar sobre a conduta ética do Conselheiro, no tratamento com os pares e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

Parágrafo Único - A Comissão Permanente de Ética respeitará em sua composição a adequada paridade dos membros, que caracteriza o COMUC.

Art. 44 - As penalidades aplicáveis ao Conselheiro serão fundamentadas em parecer da Comissão Permanente de Ética e Disciplina, devidamente assinado por todos os seus integrantes, do qual se dará ciência ao faltoso.

Capítulo IV DAS PENALIDADES

Art. 45 - Pelo descumprimento dos dispositivos deste Regimento Interno, bem como por procedimentos públicos antiéticos, falta de decoro no trato com os pares, ou quaisquer comportamentos reprováveis, os Conselheiros, segundo a gravidade e a natureza da falta, sujeitam-se às seguintes penalidades, assegurada, em qualquer caso, a ampla defesa:

I - Advertência escrita;

II - Suspensão de direitos e atribuições por tempo determinado;

III - Perda de mandato;

IV - Exclusão do Conselho Municipal de Cultura.

§ 1º - A penalidade de advertência escrita será aplicada pela Presidência do Conselho, em caráter reservado, ao Conselheiro primário nas transgressões previstas neste Regimento.

§ 2º - A penalidade de suspensão de direitos e atribuições será aplicada pelo Conselho Pleno e vigorará por até 90 (noventa) dias corridos, mediante notificação, ao Conselheiro que:

- a) For reincidente em falta anteriormente punida ou,
- b) A critério do Conselho Pleno, que julgará a gravidade da falta, ao Conselheiro que descumprir norma expressa neste Regimento, após parecer da Comissão Permanente de Ética e Disciplina.

§ 3º - A penalidade de exclusão de membro do Conselho Municipal de Cultura poderá ser aplicada pelo Conselho Pleno, por proposta da Mesa, ao Conselheiro que:

- a) Reincidir em falta pela qual já tenha sido punido com pena de suspensão;
- b) For condenado, com sentença transitada em julgado, em processo cuja natureza e gravidade o tornem incompatível com sua condição de Conselheiro do COMUC.

§ 4º - O associado excluído poderá retornar ao quadro de associados, após três (03) anos de afastamento.

§ 5º - A penalidade de perda do mandato será aplicada por 2/3 (dois terços) do Conselho Pleno, após cumpridas todas as etapas de investigação, com relatórios conclusivos das comissões instauradas para tal.

§ 6º - A exclusão de membro do Conselho Municipal de Cultura abre vaga para que a classe artística à qual pertence o excluído, ou órgão governamental por ele representado, indique novo representante, o que se fará mediante notificação por ofício assinado pelo Presidente do COMUC.

§ 7º - Em qualquer hipótese, será sempre garantida a ampla defesa ao Conselheiro a quem seja imputada a falta.

Capítulo V DOS RECURSOS DAS DECISÕES

Art. 46 - Das decisões abrangidas neste Título, caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Pleno, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência da comunicação da decisão.

Art. 47 - Os recursos serão, preferencialmente, acompanhados de parecer da Mesa, que os encaminharão ao Conselho Pleno.

Art. 48 - Os recursos serão julgados no prazo de 10 (dez) dias da data de seu recebimento, prorrogável, no máximo, por igual período, se a natureza do ato ou fato exigir manifestação do recorrente ou revestir-se de caráter técnico.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 - O período normal de atividades do Conselho será de 01 de fevereiro a 20 de dezembro.

Parágrafo Único - O Presidente poderá fixar um período de recesso no mês de julho, não

superior a 15 (quinze) dias;

Art. 50 - O Conselho Pleno velará pela atualização do Regimento do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 51 - As dúvidas e os casos omissos deste Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Conselho Pleno, observadas as disposições legais.

Art. 52 - O presente Regimento poderá ser alterado mediante proposta de qualquer membro do Conselho, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros e homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 53 - Este Regimento entra em vigor após publicação do Decreto de sua aprovação.